

CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CASARÃO 6 E CASARÃO 8

Dalila Rosa Hallal Fabíula Colatto Rosso

RESUMO: O presente estudo foi realizado na cidade de Pelotas/RS tendo como objeto principal de análise dois prédios históricos situados no centro histórico da cidade. Buscou-se analisar a qualidade das intervenções estruturais feitas para disponibilizar o acesso a pessoas com necessidades especiais a este patrimônio. Para isso, foi inicialmente realizada uma pesquisa bibliográfica, seguida de visitações aos prédios, as quais foram complementadas com registros fotográficos. Constatou-se inconformidades nas instalações destinadas a facilitar o acesso a pessoas com necessidades especiais, sejam elas por má qualidade da estrutura ou pela disposição inadequada no espaço.

Palavras-chave: Acessibilidade; Centro Histórico; Patrimônio; Turismo; Pelotas/RS.

ABSTRACT: This study was conducted in Pelotas/RS with the main object of analysis two historic buildings in the historic centre of the city. It sought to analyze the quality of structural interventions to provide access to people with special needs to this heritage. For this, a literature search was initially performed, followed by visitations to the buildings, which were complemented with photographic records. It was found nonconformities in the facilities to facilitate access for people with special needs, whether by poor quality of the structure or the inadequate disposal in space.

Keywords: Accessibility; Historic Centre; Heritage; Tourism; Pelotas/RS.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada no município de Pelotas, o qual foi contemplado com recursos do Projeto Monumenta a partir do ano de 2003. O projeto busca recuperar o patrimônio cultural urbano do Brasil através de ações executadas e coordenadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), dirigidas pelo Ministério da Cultura, com o apoio da UNESCO e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) desde o ano de 2000. A partir deste processo de revitalização do centro histórico da cidade, enquanto estagiária da Superintendência de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas, propus a realização de uma análise da acessibilidade a pessoas com necessidades especiais nos prédios revitalizados.

Teve-se como fator decisório para a escolha da temática a necessidade urgente de se pensar em formas de garantir o direito de acesso à cultura por todas



as pessoas. Assim sendo, tem-se como fundamentação legal a Constituição Federal que garante o direito de todos à igualdade, sem distinção de qualquer natureza, bem como, o direito das pessoas portadoras de deficiência à acessibilidade. O §2º do art. 227 do texto constitucional prevê que a Lei disporá sobre normas de construção, assim como sobre a adaptação de logradouros e dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Especificamente sobre os casarões do Centro Histórico de Pelotas destacase o art. 30 do Decreto Federal nº 5.296/2004, que regulamentou a Lei Federal 10.098/2000, o qual menciona que a adaptação de bens culturais imóveis deve estar de acordo com a Instrução Normativa n.º 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a acessibilidade nestes espaços.

Nesse sentido, a legislação sobre acessibilidade e sobre a adaptação de bens culturais imóveis assegura legalmente o acesso a esses bens, porém nem sempre é esta a realidade encontrada. Além disso, ainda são poucos os estudos com enfoque nessa problemática, principalmente na área do Turismo. Os trabalhos encontrados foram de autoria de arquitetos e/ou urbanistas ou de pessoas ligadas à área jurídica. Desta forma, acredita-se que seja de extrema importância estudos que reflitam sobre modos de garantir a fruição do patrimônio público por todos aqueles interessados.

Na medida em que os espaços públicos dos centros históricos apresentarem condições que facilitem a mobilidade urbana e possibilitem a acessibilidade a todos, estes passarão a fazer parte do cotidiano de toda a comunidade, fazendo com que essa comunidade e os turistas se apropriem desse espaço, o que resultará na sua maior valorização.

Deville (2009, p.43) faz uma colocação, a qual expressa muito bem e de forma resumida os benefícios que o desenvolvimento de produtos turísticos acessíveis traz para o reconhecimento e imagem do município quanto potencial turístico:



Neste sentido, o desenvolvimento de produtos turísticos acessíveis promove o aumento da capacidade de atração e retenção do destino e melhora a sua imagem ao associá-la a uma causa socialmente justa, válida e atual. Por outro lado, fortalece a posição competitiva do destino, considerando um mercado supletivo com grande potencial de desenvolvimento, que potencia o aumento da capacidade de ocupação na época baixa, tendo em conta que este mercado tende a viajar principalmente fora das épocas altas, não só por razões econômicas, mas porque regra geral não se encontra condicionado por constrangimentos como as interrupções escolares. Outro fator que merece destaque é o alto nível de fidelização dos turistas que, quando satisfeitos, tendem a regressar àqueles destinos que lhes garantem a fruição de experiências turísticas sem barreiras.

Assim, o presente artigo se propõe analisar a infraestrutura de acessibilidade existente nos Casarão 6 e Casarão 8 do Centro Histórico de Pelotas, a partir da avaliação das medidas adotadas em prol da acessibilidade. Tais medidas foram implantadas com os processos de restauro que os dois prédios passaram recentemente. Em adição a isso, buscou-se sugerir propostas de aperfeiçoamento em questão de acessibilidade das atratividades em questão.

O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas para a construção de uma fundamentação teórica capaz de servir de base à avaliação crítica das infraestruturas analisadas. Para a realização das análises, além de observações *in loco* e registro fotográfico, o presente estudo se apoiou em um teste prático. Na realização do teste prático contou-se com o auxílio de uma cadeira de rodas com o objetivo de testar a adaptação dos casarões à acessibilidade, colocando-se no lugar do portador de necessidades especiais motoras, bem como, formulando possíveis situações para analisar outras necessidades especiais, visuais e auditivas, por exemplo.

Tendo em vista a abrangência da temática, acredita-se ser de fundamental importância a definição do que, para a realização desta pesquisa, entende-se por acessibilidade, deficiência e pessoa com deficiência.

- Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (ABNT NBR 9050/2004)
- Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações,



espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (ABNT NBR 9050/2004)

 Pessoas com deficiência: são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – 2008)

Ressalta-se que o objetivo desse trabalho é fornecer um estudo inicial que possa servir de base para outros estudos e aporte para a elaboração de um projeto de adaptação ao Centro Histórico de Pelotas como forma de garantir o direito de acesso a todos. Acredita-se que para sua real implementação seja necessário o apoio da Prefeitura Municipal de Pelotas e Secretarias Municipais, especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e a Secretaria de Cultura, além do IPHAN-RS, considerando a complexidade do projeto.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

De acordo com Pereira (2013 apud ARANHA, ano 2012), só no século XVI as deficiências começam a serem associadas a causas ambientais e, a partir de então, surgem os primeiros tipos de tratamentos. Sendo que somente no século XX, a sociedade percebe que as pessoas com deficiência precisam integrar-se nas atividades cotidianas, participando do convívio social e incluindo-se nas atividades de lazer e ócio.

Durante as guerras mundiais, muitas pessoas ficaram com sequelas, que geraram diversas deficiências. Foi nesta época que surge na Europa a preocupação com a reabilitação dessas pessoas e a integração delas na sociedade. No ano de 1948, foi promulgada a "Declaração universal dos direitos humanos" pela Organização das Nações Unidas - ONU, que marca o início da defesa das pessoas com deficiência. Passado alguns anos, em 1975, a ONU criou também a "Declaração dos direitos das pessoas com deficiência" e, em 1982, o "Programa de ação mundial para as pessoas com deficiência". (PEREIRA, 2013).



Outro evento importante, este diretamente relacionado ao turismo, foi a Conferência Mundial de Turismo realizada em Manila (Filipinas) no ano de 1980, quando na sua Declaração sobre o Turismo Mundial (Declaração de Manila) afirmase que "o direito ao Turismo, que deve conceber-se em harmonia com suas prioridades, as instituições e as tradições de cada país, supõe para a sociedade o dever de criar para o conjunto de cidadãos as melhores condições práticas de acesso efetivo e sem descriminação a este tipo de atividade". (BRAHM, 2012).

Após isso na Assembleia Geral da WTO em Santiago do Chile, em 1999, nos princípios do Código de Ética do Turismo no artigo 7º, nº 4 ficou estabelecido que "o turismo das famílias, dos jovens e dos estudantes, das pessoas de idade e dos deficientes deve ser encorajado e facilitado" (DEVILLE, 2009, p. 38).

No âmbito do território brasileiro, tem-se como marco na defesa das pessoas com deficiências a Constituição Federal de 1988.

3. DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA ACESSÍVEL

Casarão 6

O Casarão 6, residência do Barão São Luís, tem como ano de sua construção 1879 sendo que o processo de restauração total foi iniciado em 2009, 130 anos após sua edificação, a partir do financiamento do Programa Federal Monumenta. O processo de restauração durou 2 anos, sendo que sua inauguração, após o restauro, foi realizada no dia 5 de novembro de 2010. No projeto de restauração foi implantado o elevador para cadeirantes e feitas intervenções de acessibilidade em um dos banheiros.

Foram realizadas duas visitas ao Casarão 6, a primeira para reconhecimento do ambiente e mensuração do espaço disponível. Na segunda visitação foi aplicado um teste prático com a utilização de uma cadeira de rodas para identificação das possíveis dificuldades encontradas, além da análise dos problemas enfrentados por pessoas com deficiência visual e auditiva.

As dificuldades começaram logo no início, pois o elevador que lá existe não funciona a cerca de 2 anos. O não conserto do mesmo foi justificado pelo alto valor



do reparo, pois a empresa que o instalou é de Porto Alegre e cobraria um alto valor somente para enviar um técnico para fazer o orçamento do reparo. Assim sendo, quando a visita foi realizada utilizando uma cadeira de rodas, encontraram-se grandes dificuldades. O design bastante íngreme da escada, aliado ao não funcionamento do elevador inviabiliza o acesso ao cadeirante.

Por se tratar de uma construção antiga, as portas características são as de folha dupla e, na maioria das portas de acesso, apenas uma das folhas encontravase aberta, disponibilizando apenas 74 cm dos 147 cm que poderiam ser usados. Fato este que dificulta a circulação de uma pessoa que necessita usar cadeira de rodas.

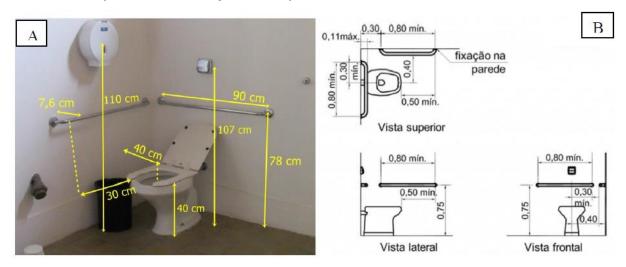
Dando sequência à visitação, identificou-se que o espaço para circulação no interior da casa é amplo e adequado, em média 100 cm a 150 cm. Um aspecto que merece atenção é no momento de instalação das exposições que o Casarão abriga, pois se deve ter o cuidado de manter o espaço adequado de modo a permitir a fácil circulação das pessoas, sejam elas cadeirantes ou não.

Um fator facilitador da circulação interna da residência é o fato de o piso ser, na sua maioria, de madeira, o que não implica em maiores dificuldades para transitar e também não apresenta grandes oscilações. Os problemas encontrados situam-se no local onde ocorre a transição do piso de madeira para o piso revestido com ladrilhos hidráulicos, contudo os desníveis não possuem grande amplitude e podem ser ultrapassados.

No momento em que a estrutura do banheiro adaptado foi analisada, notouse que a maior parte das medidas (Figura 1-A) não segue as indicações e orientações que a norma ABNT NBR 9050/2004 apresenta (Figura 1-B). Também se pode observar que o piso não é o ideal, visto que o mesmo não é de material antiderrapante. Não existe dispositivo que possibilite acionar uma sinalização de emergência caso aconteça uma queda no interior do banheiro, tampouco existe sinalização na parte externa do banheiro indicando que se trata de um banheiro adaptado.



FIGURA 1: a) Banheiro Adaptado e b) Medidas da ABNT



Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

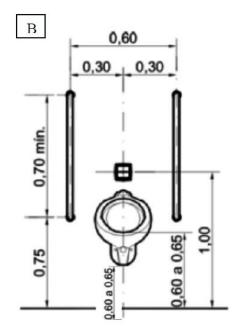
Fonte: ABNT (NBR 9050/2004).

Também foram encontradas inconformidades no que se refere às medidas encontradas no mictório (Figura 2-A) quando comparadas as recomendadas pela ABNT (Figura 2-B).

FIGURA 2: a) Mictório adaptado e b) Medidas da ABNT



Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).



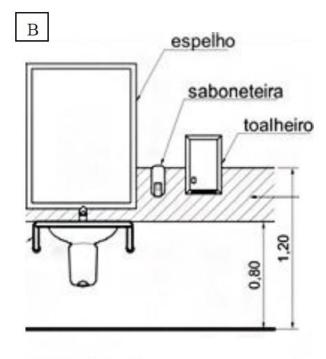
Fonte: ABNT (NBR 9050/2004).



Em contrapartida, as medidas encontradas no lavatório (Figura 3-A) estão de acordo com o padrão estabelecido pela ABNT (Figura 3-B).

FIGURA 3: a) Lavatório e b) Medidas da ABNT





Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

Fonte: ABNT (NBR 9050/2004).

Um detalhe que merece atenção é o diâmetro da barra de apoio o qual possui 2,5 cm quando o recomendável é de 3 cm a 4,5cm. Esse fato a torna uma estrutura consideravelmente frágil e que pode vir a apresentar sérios perigos para aqueles que necessitarem fazer uso da barra de apoio. Também se pôde observar infiltração em uma das barras, sendo que a mesma estava molhada e, consequentemente, escorregadia.

Dando continuidade às observações, foi possível verificar problemas com o banheiro de 'uso geral', pois o mesmo não apresenta um pictograma indicativo de sanitário, existe um degrau significativo não sinalizado, para o acesso as portas não abrem completamente e, no banheiro feminino, dois dos três boxes para bacia sanitária estavam interditados com uma cadeira. Todos esses aspectos comprometem a funcionalidade do banheiro, visto que qualquer pessoa seja ela criança, jovem ou idosa, terá dificuldades para utilizar o sanitário.



A escada que dá acesso ao porão não possui elevador, tampouco existe alguma rampa que permita um percurso alternativo. Fora o detalhe das canaletas de água, as quais teriam que ser adaptadas, não existe maiores dificuldades em circular com uma cadeira de rodas nesta parte (térreo).

Outro aspecto merecedor de destaque são as portas de vidros que dão acesso à varanda interna da residência (Figura 4-A), por não possuir sinalização, podem ser facilmente esbarradas por pessoas que possuem baixa visão ou até mesmo crianças distraídas. Somando-se a isso, existe um desnível de 5 centímetros entre os dois pisos e por mais que a porta tenha a largura adequada (Figura 4-B) para a passagem segura, o desnível gera dificuldades.

A B 103 cm

FIGURA 4: a) Porta de vidro e b) Porta de acesso à varanda

Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

Os demais cômodos, os quais não foram citados, não apresentaram problemas no que tange a acessibilidade dos mesmos. Caracterizam-se por espaços amplos e de fácil circulação.



Casarão 8

Residência da família do Conselheiro Francisco Antunes Maciel (segundo Barão de Cacequi), mais conhecida como Casarão 8, foi construída no ano de 1878.

A antiga casa foi adquirida pela UFPEL no ano de 2006 e precisou passar por um restauro emergencial em 2009, 131 anos após sua construção, para conter o processo de degradação que a obra sofria. Já no ano de 2010 teve a aprovação do projeto de restauro definitivo pelo IPHAN. Sendo que a restauração do corpo principal do prédio foi entregue no dia 03 de dezembro de 2012. Durante o processo de restauração foi instalado um elevador para acesso de cadeirantes e projetado um banheiro adaptado no primeiro piso da casa.

O mesmo método de análise do Casarão 6 foi utilizado no Casarão 8, sendo realizadas duas visitas. Em um primeiro momento foram realizadas as mensurações e o reconhecimento do espaço. Na segunda visita ocorreu o teste prático com o auxílio da cadeira de rodas para identificação das possíveis dificuldades encontradas.

Para um usuário de cadeiras de rodas conseguir entrar na residência, o mesmo precisa fazer o contorno na casa e entrar pela porta de acesso situada na Rua Barão de Butuí. Os funcionários prontamente abriram a porta quando foi feita a solicitação, porém ela deveria permanecer sempre aberta, garantindo o acesso facilitado aos portadores de necessidades especiais.

Já o acesso ao elevador (Figura 5) ocorreu de forma satisfatória, pois o piso era adequado, a rampa possuía antiderrapante e os funcionários sabiam instruir sobre o funcionamento do mesmo. Também foi informado que acorrem duas vezes ao ano manutenções no elevador.



FIGURA 5: Acesso ao Elevador Acessível



Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

Entretanto, ao sair do elevador existem 3 degraus (desnível de 53 cm), os quais impossibilitam o acesso à livraria da UFPel. Levando em consideração que existem duas escadas de acesso ao mesmo ambiente, a forma correta para corrigir esta dificuldade seria a colocação de uma rampa móvel na escada que se encontra ao lado do elevador.

Um aspecto observado é a colocação de mobílias em lugares que atrapalham ou reduzem o espaço da circulação. Como por exemplo, uma estante de livros situada em um dos corredores reduz o espaço de circulação de 125 centímetros para 97 centímetros disponíveis. Essa situação se repetiu no corredor próximo ao elevador.

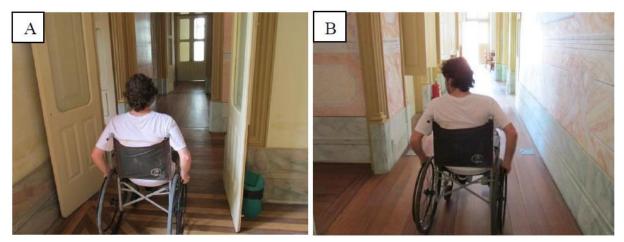
As portas são, na sua maioria do estilo folha-dupla, possuindo com uma das folhas abertas 68 centímetros, medida insuficiente para transitar com uma cadeira de rodas, mas quando as duas folhas são abertas (Figura 6-A) tem-se a largura de 135 centímetros, o que possibilita a livre circulação.

A casa apresenta majoritariamente piso de madeira, sendo que a única exceção é a primeira sala revestida com ladrilhos hidráulicos. Esse ponto é de fundamental importância, pois havendo um padrão de piso, a circulação de pessoas com deficiência visual, baixa mobilidade ou aqueles que necessitam usar cadeiras



de rodas é facilitada e acontece de maneira segura, pois não há grandes oscilações e desníveis, considerados potenciais causadores de acidentes, conforme representado na Figura 6-B.

FIGURA 6: a) Porta folha-dupla aberta completamente e b) Piso de madeira



Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

Tratando-se dos sanitários, existem dois no nível superior de uso geral e 3 no nível inferior, sendo um deles adaptado. O acesso aos sanitários do nível superior é dificultado por dois pequenos desníveis de 5 centímetros cada. Somando-se a isso, existe um pequeno desnível de 2 centímetros na porta de entrada do banheiro. Ambos os boxes para bacias sanitárias não possuem condições de atender uma pessoa com necessidades especiais, pois seria necessária uma remodelação completa (a porta é estreita, não possui barras de apoio nem porta papel higiênico).

Com a pia não foram identificados problemas, pois está a 80 centímetros do chão com um vão de 65 centímetros e a torneira está a 33 centímetros da borda. Medidas estas que se encontram em conformidade com a ABNT NBR 9050/2004. Deveria existir um porta papel toalha para facilitar a utilização dos papéis. E a altura do interruptor de luz encontra-se 5 centímetros a cima do ideal, mas não compromete a utilização do mesmo.

No momento em que o banheiro adaptado, situado no piso inferior foi analisado, constatou-se alguns aspectos que deveriam ser reestruturados. A porta



de acesso ao banheiro possui 86 centímetros, o que garante a passagem de um cadeirante. As medidas que envolvem a bacia sanitária também estão de acordo com a norma indicada pela ABNT. Assim como também a altura do dispositivo que acende a luz, o qual está a 96 centímetros do chão.

Os problemas relacionados começam com o diâmetro das barras de apoio às quais possuem 2,5 cm quando o recomendável é de 3 cm a 4,5cm. No banheiro não existe dispositivo de sinalização de emergência, que serve como aviso caso ocorra alguma queda no interior do banheiro. Tampouco existe o suporte para papel higiênico, suporte para toalhas de mão e saboneteira. Porém o erro de estruturação mais grave é a descarga do vaso sanitário (Figura 7-A), pois do modo que está, é inviável a ativação do dispositivo, visto que a mesmo está a mais de 100 centímetros do chão, medida não indicada pela ABNT (Figura 7-B).

A Descarga

0,11máx
0,30, 0,80 min.

90 cm

Vista superior

0,80 min.

0,80 min.

Vista lateral

Vista frontal

FIGURA 7: a) Vaso sanitário adaptado e b) Medidas da ABNT

Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

Fonte: ABNT (NBR 9050/2004).

Os outros dois banheiros que estão localizados no piso inferior, situados ao lado do banheiro adaptado e que seriam para uso geral, estão sendo utilizados como depósito para materiais de limpeza, o que inviabiliza completamente o seu uso.

Já na parte dos fundos da residência existe uma escada externa (Figura 8-A), a qual precisaria receber algumas adaptações como forma de garantir segurança



para todos os visitantes. Uma possível solução seria a implementação de piso tátil de alerta na parte superior e inferior da escada (Figura 8-B), assim como também no bloco elevado existente. Ou também poderiam ser instaladas faixas de sinalização nos degraus e no desnível entre o piso e o bloco.

A 96 em 190 cm 2 a 3 20 20 15 cm

FIGURA 8: a) Escada externa e b) Escada sugerida pela ABNT

Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

Fonte: ABNT (NBR 9050/2004).

Último aspecto que teria que ser revisado é um desnível de 4 centímetros entre o pátio dos fundos e a porta que dá acesso à saída pela Rua Barão de Butuí, pois com uma simples rampa, podendo esta ser móvel, essa dificuldade seria superada.

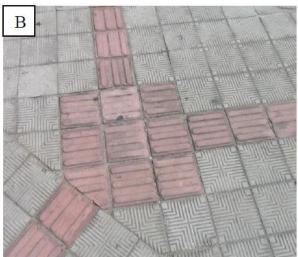
Entornos (Parte Exterior aos Casarões)

Referente às travessias das ruas, foi constatado a existência de rampas facilitadoras, entretanto o piso existente e o percurso da travessia são de pedras, o que resulta em grandes desníveis e oscilações (Figura 9-A). Além disso, a colocação do piso tátil foi realizada de forma errônea em alguns trechos. Quando há interligação de caminhos, dever-se-ia utilizar o piso tátil de alerta e não o direcional (Figura 9-B). Além disso, não existe a indicação do caminho a ser percorrido para a realização da travessia, o qual deveria ser sinalizado com piso tátil direcional.



FIGURA 9: a) Travessia da rua e b) Interligação entre caminhos





Fonte: Autor / Arquivo Pessoal (2014).

Outra dificuldade observada foi a altura dos desníveis existentes entre a rua e calçada. Por se tratar de um centro histórico este tipo de calçada é comum, porém deveriam existir em todas as esquinas rampas de acesso adequadas nas conformidades da ABNT NBR 9050/2004.

4. PROPOSTA PARA SOLUÇÃO DAS DIFICULDADES

"Acessibilidade urbana e patrimônio cultural são temas complexos que exigem um tratamento cuidadoso, não existindo receitas prontas a serem aplicadas. Com vistas à concretização dos direitos à acessibilidade urbana, não é possível desenvolver uma teoria que possa ser aplicada a todos os espaços consagrados patrimônio cultural. Cada caso deve ser estudado em profundidade, a fim de que se alcancem soluções específicas, úteis e adequadas." (IPHAN, 2014).

Visto que as intervenções executadas devem ser cuidadosamente pensadas para que não produzam descaracterização do patrimônio cultural, as mesmas devem enfatizar a qualificação do ambiente e produzir o reconhecimento de que se trata de um objetivo social a ser alcançado. Dessa forma, as soluções especiais encontradas não devem conduzir a soluções excludentes, criando circuitos exclusivos e secundários para determinados usuários. Contudo, devem ser levadas



em consideração as especificidades dos Centros Históricos, bem como o período de sua concepção e a história em que está inserido.

Por esses motivos toda e qualquer adaptação deve ser feita de modo reversível, pois caso venha surgir tecnologia mais avançada poderá ser implantada sem maiores agressões ao Patrimônio. Também se deve, antes de qualquer intervenção, avaliar quais aspectos são mais importantes na construção e procurar inserir os instrumentos que visam à acessibilidade de forma menos ofensiva e mais harmônica possível.

A seguir serão brevemente descritas algumas sugestões para amenizar as dificuldades de acessibilidade existentes tanto no Casarão 6 como no Casarão 8:

- Criação de uma Rota de Visita (RV) Consiste em estabelecer uma rota de visitação. A mesma pode ser indicada através de piso tátil removível, na cor do piso original.
- Identificação dos cômodos com placas em braile Implementação de placas explicativas nos cômodos com um breve resumo de informações históricas, tanto no alfabeto normal como em braile, possibilitando a visitação autônoma dos turistas.
- Identificação de saídas de emergências Colocação de placas informativoindicativas orientando a saída mais próxima, para que em caso de emergência todas as pessoas possam sair com segurança do prédio.
- Equipamentos de audioguias Em um primeiro momento, pode ser considerado um investimento caro, porém o mesmo pode ser utilizado nas demais atratividades que existem em torno do Centro Histórico da cidade.
- Criação de mapas táteis Auxiliam na orientação espacial da construção.
- Maquetes com modelos táteis Possibilita uma percepção distinta do monumento até para aqueles que já o conhecem bem. A possibilidade de tocar os detalhamentos da construção permite criar uma imagem mais completa e detalhada do monumento, permitindo uma compreensão mais realista da construção.
- Implementação de rampas Alguns desníveis encontrados podem ser facilmente resolvidos com rampas, podendo elas ser removíveis ou/e móveis. Um aspecto



que precisa ser levado em consideração é o grau de amplitude da rampa, sendo que para o seu cálculo é levado em consideração a sua extensão. A inclinação das rampas deve ser calculada segundo a seguinte equação: $i=\frac{h\ x\ 100}{c}$

Onde:

i é a inclinação, em porcentagem;

h é altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

- Reestruturação dos banheiros As indicações quanto às adaptações no banheiro já foram mencionadas anteriormente, sendo que o parâmetro de comparação utilizado foi o da ABNT NBR 9050/2004.
- Melhoria do acesso aos Casarões Além das correções quanto aos pisos táteis utilizados nas rampas das calçadas as mesmas deveriam ser cimentadas. Para eliminar qualquer tipo de dificuldade poderiam ser implantadas travessias elevadas, como as sugeridas pela cartilha Calçada Legal (Pelotas) lançada no ano de 2014 (Figura 10).

FIGURA 10: Travessia Elevada



Fonte: Cartilha Calçada Legal (2014).

 Semáforos Sonoros - auxiliam na travessia segura dos pedestres. Esses semáforos emitem um aviso sonoro o qual indica a hora de realizar o cruzamento, segundos antes de o tempo acabar, ele emite um sinal contínuo



indicando cuidado e que o tempo está se esgotando. O tempo adequado do semáforo é calculado da seguinte forma: dividir a distância total do atravessamento (em metros) por 0,4 o resultado será o tempo (em segundos) que o semáforo deverá ficar verde.

CONCLUSÃO

A partir do presente estudo, foram identificadas diversas inadequação existentes nos locais analisados no que tange ao acesso de pessoas com necessidades especiais. Constatou-se que muitas tentativas de adaptação à acessibilidade são realizadas sem obedecer ao padrão estipulado pelos órgãos responsáveis, gerando assim, potenciais situações de risco.

Também é notável o fato de que ações isoladas de intervenção nas estruturas que facilitam o acesso não são formas efetivas de se garantir a acessibilidade. É essencial que exista uma coerência entre todas as estruturas de apoio para garantir o desfrute do espaço por todos. Em assim sendo, a colocação de barras de apoio em um banheiro, não significa que o mesmo passa a ser acessível. Caso a instalação não for realizada de maneira correta, respeitando as normas da ABNT (NBR 9050/2004), a pessoa com deficiência encontrará dificuldades em usufruir o espaço.

Comparando as adaptações realizadas no Casarão 6 e as realizadas no Casarão 8, pode-se concluir que as adequações realizadas neste último foram melhor concretizadas. Destaca-se que no Casarão 8 o elevador acessível esta funcionando perfeitamente e os funcionários tem um melhor preparo para auxiliar o portador de necessidades especiais. No entanto, em ambos os casos, são necessários aprimoramentos para garantir a acessibilidade ideal.

Somando-se a isso, foram constatados sérios problemas existentes em relação à mobilidade urbana geral. Este fato inutiliza qualquer tentativa de melhoria da infraestrutura das atratividades, uma vez que a chegada até elas se torna inviável. Por mais que a área em discussão seja patrimônio histórico, alterações que tenham por finalidade aperfeiçoar o acesso são permitidas.



Foi possível, com a presente pesquisa, vislumbrar possíveis articulações que o profissional do turismo pode exercer de modo a tornar o desfrute da atividade turística algo acessível para todos. Em assim sendo, pode-se perceber que o tema, apesar de ser amplamente discutido, ainda carece de estudos científicos, especificamente relacionados ao setor turístico. O Brasil como um todo, tem buscado desenvolver ações pontuais, contudo é necessário um maior envolvimento de toda a comunidade para que no momento em que tenhamos espaços adaptados, também tenhamos pessoas preparadas a receber esse público especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência. In: **Revista do Ministério do Trabalho**. Ano XI, n.2, p. 160-173, 2011. Disponível em: http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usp/shared/documents/08dez 08_biblioAcademico_paradigmas.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BATTISTELLA, L. R. Conceito de Deficiência Segundo a Convenção da ONU e os Critérios da CIF. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp. gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

PELOTAS VIP. **Casarão 8.** Disponível em: http://www.turismo.pelotasvip.com.br/ arquivos/casarao8.htm>. Acesso em: 15 nov. 2014.

DEVILLE, E. L. O Desenvolvimento do Turismo Acessível: Dos Argumentos Sociais aos Argumentos de Mercado. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. nº 11, p.39-46, 2009.

GOUVEIA, P. H. de. **Via Pública**: Tempo de Verde para Peões. Disponível em: http://acessibilidade-portugal.blogspot.com.br/2008_12_01_archive.html. Acesso em: 10 nov. 2014.



GUGEL, M. R. A. **A Pessoa com Deficiência e sua Relação com a História da Humanidade**. Disponível em: http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 05 nov. 2014.

IPHAN. **Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos.** Organização de Sandra Bernardes Ribeiro. Brasília: Iphan, 2014, p. 120. (Cadernos Técnicos; 9). Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4838>. Acesso em: 26 nov. 2014.

PEREIRA, A. C. A. **Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis**. Disponível em: . Acesso em: 19 nov. 2014.

CASARÃO 8. **UFPel Inaugura o Casarão 8.** Disponível em: https://casaraooito.wordpress.com/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

World Tourism Organization. **Declaración de Manila sobre el Turismo Mundial.** Disponível em: http://bidaietiko.files.wordpress.com/2010/12/declaracion-demanila1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.